

PROJETO DE LEI N , DE 2019
(Deputado Rubens Bueno)

*Regulamenta os programas de
milhagem das companhias
aéreas.*

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º As empresas aéreas poderão ofertar programas de milhagem que serão regulamentados por esta Lei.

Parágrafo único. Programas de milhagem são aqueles em que o cliente pode acumular pontos mediante o embarque na companhia aérea promotora ou companhias parceiras ou através do pagamento de compras ou faturas em cartão crédito de instituições financeiras parceiras e, com isso, utilizar essas pontuação para resgatar passagens aéreas nacionais ou internacionais ou para fazer upgrades de classe.

Art. 2º O prazo mínimo de validade dos pontos é de três anos.

Parágrafo único. O consumidor deverá ser avisado com antecedência mínima de seis meses do fim do prazo de validade de suas milhas.

Art. 3º A companhia aérea fica obrigada a comunicar mensalmente, por meio de email, o número de pontos do cliente de seu programa de milhagem.

Art. 4º Os números de pontos necessários para o resgate de passagens aéreas deverá ser fixado em todos os locais de venda das empresas, inclusive em seu endereço eletrônico.

Parágrafo único. A pontuação necessária para resgate de passagens aéreas para um mesmo trecho não poderá ultrapassar o dobro da requerida pelas companhias aéreas nos meses de menor movimento para o

mesmo trecho.

Art. 5º As alterações unilaterais no contrato de adesão no que se refere ao número de pontos necessários para resgate de passagens ou os ajustes na razão de equivalência para a conversão de pontos só poderão ocorrer um ano após o anúncio das mesmas.

Art. 6º As taxas aéreas cobradas na emissão de passagens resgatadas nos programas de milhagem não poderão exceder aquelas praticadas pela mesma companhia aérea na emissão de passagens regulares.

Art. 7º É proibida a venda de pontos para terceiros.

Art. 8º Fica proibida a cobrança de taxa para a transferência de pontos de instituições financeiras para os programas de milhagens das empresas aéreas.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei, apresentado na 54ª legislatura pelo ex-Deputado Arnaldo Jordy, busca estabelecer alguns parâmetros nos programas de milhagem das companhias aéreas, tendo em vista as inúmeras reclamações de consumidores junto aos órgãos de defesa do consumidor.

O Estado não pode se furtar de estabelecer parâmetros gerais que norteiem as relações entre as companhias aéreas, seus clientes e demais consumidores. Não cabe, a nosso ver, deixar que o mercado regule essas relações, cabendo ao consumidor, apenas, o direito de reclamar posteriormente a um fato concreto. Acreditamos que diante do vulto do mercado de fidelização dos clientes é necessário que esse mercado se fixe dentro de certos parâmetros.

Não podemos concordar, por exemplo, que unilateralmente as companhias aéreas mudem as regras de seus programas de fidelidade restando aos consumidores aceita-las sem nenhuma possibilidade de se proteger frente a essas alterações.

Nesse sentido, propomos: a) um prazo mínimo de validade dos pontos; b) a obrigatoriedade do consumidor ser avisado com antecedência mínima de

seis meses do fim do prazo de validade de suas milhas; c) a necessidade de que os números de pontos necessários para o resgate de passagens aéreas seja fixado em todos os locais de venda das empresas, inclusive em seu endereço eletrônico; d) as alterações unilaterais no contrato de adesão no que se refere ao número de pontos necessários para resgate de passagens ou os ajustes na razão de equivalência para a conversão de pontos só poderão ocorrer um ano após o anúncio da medida. Entre outras medidas.

Nós somos sabedores da complexidade que envolve as questões relativas ao transporte aéreo, principalmente no que se refere à imensa gama de variáveis que influenciam a fixação de preços e, no caso de um mercado em que prevalece a liberdade tarifária, na utilização do programa de milhagem como forma de atração dos clientes.

Sabemos que a regulamentação dos programas de milhagem é um assunto controverso, mas acredito que cabe ao Congresso Nacional levar adiante a discussão sobre o tema e, dessa forma, garantir melhores condições mais adequadas aos consumidores brasileiros.

Ante o exposto, reapresentamos a proposição pela importância da matéria, e contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2019.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR